



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS  
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Exma. Senhora  
Dr.ª Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário  
De Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

---

SUA REFERÊNCIA  
2754

SUA COMUNICAÇÃO DE  
13-11-2019

NOSSA REFERÊNCIA  
Nº: 3459/2019  
ENT.: 7162/2019  
PROC. Nº: 16/2019

DATA  
11-12-2019

---

**ASSUNTO:** Resposta à pergunta n.º 100/XIV/1.ª - Reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 100/XIV (1.ª) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação de, relativamente às questões colocadas, enviar a seguinte informação:

O Governo, através da IP, com vista à promoção das melhores soluções de mobilidade para as diversas atividades económica, procura identificar oportunidades que resultem de novos investimentos ou das alterações de paradigma de mercado de atividades existentes.

Assim, em janeiro deste ano a IP contactou a Almina, SA, para se (re)avaliar a oportunidade do escoamento do minério por via-férrea, senão na íntegra, pelo menos numa operação rodoferroviária combinada.

Os destinos dos minérios referidos pelo PCP são os identificados pela IP, mas as quantidades variam em função daqueles, estando sujeitos a ciclos relativamente bem caracterizados para o cobre e para o zinco, os dois principais metais extraídos.

A ligação ferroviária de Aljustrel a Huelva implica uma viagem de 800 km pelo Entroncamento e Badajoz, o que comparado com os 240 km permitidos pela ligação rodoviária, representa um sobrecusto que não será negligenciável pela Almina, SA, face ao seu impacto na estrutura de custos do produto.

Foi igualmente analisada com a Almina, SA uma solução intermédia, com transporte por rodovia até à estação de Castro Verde, onde se instalaria uma zona de depósito de contentores para embarcar no comboio, mas foi considerado por aquela Empresa que o acréscimo logístico na manipulação de contentores com impacto no custo final não seria muito atrativo. Ainda assim, o investimento subjacente a esta intervenção seria sempre muito significativo.



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS  
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Ora, independentemente de estarmos perante uma solução cujo embarque do minério é feito exclusivamente por via-férrea quer se podere uma solução intermédia, falamos de investimentos com impactos financeiros muito elevados face aos potenciais benefícios e à incerteza sobre a utilização futura.

Os montantes envolvidos, em qualquer das intervenções já ponderadas, implicam um compromisso entre as Partes, no qual qualquer investimento público que possa ser efetuado por parte do Estado deverá ser salvaguardado pela garantia, por parte da Almina, SA, de um tráfego ferroviário mínimo independentemente dos ciclos de extração dos minérios e durante determinado período de tempo que assegure a eficiência de tal investimento.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete



Hugo Mendes